

X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

# **Nacionalismo sem nacionalistas: o empresário José Ermírio de Moraes.**

Maria Aparecida de Paula Rago.

Cita:

Maria Aparecida de Paula Rago (2005). *Nacionalismo sem nacionalistas: o empresário José Ermírio de Moraes. X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-006/409>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

## **Nacionalismo sem nacionalistas: o empresário José Ermírio de Moraes**

Maria Aparecida de Paula Rago\*

Nossa intervenção tem como objetivo central sinalizar a especificidade do *nacionalismo* implantado e desenvolvido por representantes de setores da indústria brasileira, quando do confronto e subordinação crescente da economia aos capitais estrangeiros, a saber, no período da intensa internacionalização posta a partir da década de cinquenta do século XX. Nossa preocupação centra-se no desvelamento das manifestações ideológicas da fração burguesa brasileira que protagoniza a moderna acumulação industrial no Brasil. Nossa indagação vai à busca da resposta a uma questão que, por um longo período, fez parte das preocupações e das estratégias essenciais de setores significativos da esquerda em nosso país: é legítimo falar em uma burguesia nacionalista?

Temática ampla que para ser abordada escolhemos um percurso diferenciado qual seja, o entendimento das posições e procedimentos de José Ermírio de Moraes (1900-1973), fundador e proprietário do grupo Votorantim, que se auto-intitulava, e era reconhecido pelos seus pares, como nacionalista. Individualidade singular no processo de diversificação produtiva e constituição do capital industrial brasileiro, justificando-se por sua atuação empreendedora, visível na alavancagem de seu complexo industrial, e por sua relação com o Estado, tendo em vista a garantia de seus interesses particulares e os de sua fração de classe. Em que pese sua força para a construção daquela estrutura industrial e a supremacia econômica imposta aos trabalhadores, nele se condensa uma das expressões mais acabadas do capital atrofico de *via colonial*.

### **A via colonial e a forma de ser da burguesia brasileira**

O entendimento da forma de *ser* e *agir* de um representante do grande capital em nossa realidade implicou em tomar o empresário em tela nas condições

históricas da *via colonial*<sup>1</sup> - forma de *ser e ir sendo* capitalismo no Brasil. Ou seja, o entendimento da particularidade da constituição da sociabilidade capitalista brasileira possibilita o reconhecimento das formas pelas quais a burguesia industrial impôs seus interesses frente às outras classes sociais de modo a excluir as subalternas. Condição esta específica que fez com que seu projeto de nação assumisse características diferenciadas, não só em virtude do modo conciliado como se apresentou diante de outros segmentos sociais do extrato dominante, bem como agravado pela sua subsunção às economias centrais. A constituição desse segmento ficou marcada pela impossibilidade de se pôr e completar como categoria no sentido mais amplo das possibilidades universais de seu ser social, recorrendo a um processo de modernização “pelo alto” através de formas autocráticas, e mesmo violentas, para viabilizar o progresso da indústria e uma racionalidade empresarial, sem, no entanto, incorporar ou socializar as possíveis conquistas advindas de tal processo.

O caso brasileiro, portanto, diferentemente das formas clássicas e não-clássicas de objetivação das sociedades capitalistas, alcançou sua transição para as formas industriais da reprodução ampliada de modo tardio e subordinada aos centros hegemônicos do capital. Sendo assim, a problemática da questão nacional alcança dimensão complexa, na medida em que, no limite, estaria em jogo a resolução de um capitalismo autônomo, possibilitado pela instauração de um parque industrial solidamente constituído nos setores de bens de produção e de capital. Processo que, na América Latina, como um todo, e no Brasil, em particular, não teve, do ponto de vista histórico, condições de se efetivar.

A sobrevivência da nação soberana, tal como era pensada por segmentos de industriais brasileiros, corria riscos ameaçados pela concorrência internacional que o país, subdesenvolvido, não tinha condições de enfrentar. Portanto, a soberania nacional dessa perspectiva ficava reduzida aos interesses mais imediatos da subsistência da camada industrial como classe. Em outros termos, a grande preocupação de parcelas da burguesia nacional, na condição de

---

<sup>1</sup> Cf. José CHASIN. “A sucessão na crise e a crise na esquerda” in *Revista Ensaio* n. 9 17/18. São Paulo: Ensaio, 1989 e sua formulação sobre “A via colonial de entificação do capitalismo”. In: *A Miséria Brasileira*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

participante menor dos processos de desenvolvimento do país, era evitar seu alijamento dos setores da acumulação que ainda dominavam e onde usufruíam parte considerável dos lucros. Esta luta, sabemos, assumiu intensidade diferenciada e percorreu caminhos diversos na história recente do país.

Poder-se-ia inquerir como, numa economia subordinada como a brasileira, carente de uma acumulação em bases nacionais, seria possível falar da existência de uma burguesia em condições de realizar de modo independente um processo de acumulação – semelhante ao realizado por aquelas das formas clássicas e mesmo tardias do capitalismo central – visto que, na maior parte de sua existência, ou esteve associada ao capital internacional ou foi neutralizada nas tentativas de manter-se autônoma. Esse exercício permite o desvendamento da problemática de uma burguesia que se pretende nacional, em condições de atraso da gênese histórica e de subordinação de nossa formação. Ou seja: *a burguesia brasileira pode ser nacional?*

De fato, um segmento social pensado nestes termos como indagamos não poderia existir, no entanto, é possível identificar a existência de uma pequena parcela da burguesia, com características peculiares, que, diferenciando-se de sua classe como um todo, estaria interessada em manter sua existência e identidade, ainda que com formas e dimensões mesquinhas e não se opondo ao capital externo desde que este não ocupasse seu espaço e fosse controlado por um Estado, de quem demandava e esperava cobertura, sustentação e garantia dos interesses do capital privado nacional. A este Estado caberia papel essencial na constituição da sociabilidade capitalista brasileira através de um gradiente de poder que variava de uma ditadura feroz à institucionalização da autocracia, frente à impossibilidade histórica de seu segmento de classe – o grande capital industrial brasileiro – deter a hegemonia política e econômica em uma economia geneticamente subordinada, bem como representar os outros segmentos da sociedade através da dominação direta nos marcos da democracia liberal.

Ao examinarmos historicamente a relação entre as esferas do político e os interesses do capital privado ficou evidenciada a presença deste setor através de seus órgãos de representação, corporativos ou não, e que, em algumas ocasiões,

chegaram mesmo a contar diretamente com seus quadros nas instâncias estratégicas e deliberativas governamentais.

No entanto, a crescente desnacionalização da economia brasileira, a partir da segunda metade da década de 50, acabou por promover uma descaracterização nessa relação na medida que o Estado aprofundou os compromissos com os capitais estrangeiros, de modo que o acesso aos canais de comunicação e a participação direta no poder não mais puderam garantir o atendimento dos interesses mais imediatos e particularistas de segmentos empresariais brasileiros. A acentuada concentração e internacionalização de ramos inteiros da produção resultante desse processo desencadearam a reação de parte de setores do capital nacional, que enveredou na busca de soluções particulares para seus problemas.

É necessário ressaltar que tal trajetória sofreu uma inflexão, por um breve período, no governo de João Goulart (1961-1964), quando neste momento pretendeu-se uma alteração naquele padrão econômico e as conseqüências negativas por ele geradas. No entanto, se o seu projeto de Estado implicava na retomada de compromissos com setores nacionais, envolvia também, por outro lado, as Reformas de Base e a inclusão das massas populares, o que desencadeou a reação de alguns setores dos proprietários nacionais: ao sentirem-se ameaçados pela crescente radicalização popular, ou na possibilidade de efetivação de uma “República Sindicalista”, acabaram apoiando a solução antidemocrática do golpe militar de 1964, pondo fim a quaisquer “ilusões heróicas” de uma burguesia nacional.

### **O lugar do Estado na *via colonial***

O Estado como agente do processo modernizador no país foi o objeto de preocupação de ideólogos dos segmentos sociais dominantes, a partir da década de 30, quando se abriram as possibilidades de transformações capitalistas na realidade brasileira. Na raiz desta problemática encontrava-se a impossibilidade “natural” de entificação de um Estado liberal e o reconhecimento da necessidade de um Estado autocrático, centralizador, capaz de operar a modernização.

Em nossa realidade, a construção da moderna sociabilidade capitalista

trilhou um caminho particular, comportando uma situação de complementaridade e contradição estrutural entre o historicamente velho, representado pelo latifúndio agro-exportador, e o novo, na figura da indústria. Nossa modernidade funda-se, portanto, na conciliação com o passado e na cumplicidade com o atraso sócio-político. Essas contradições impuseram indagações que se consubstanciaram enquanto fonte de preocupação tanto para o pensamento conservador como para o pensamento crítico nacional. O amplo espectro do pensamento conservador alinhou-se em duas grandes correntes, que se expressaram no delineamento de uma dupla destinação nacional: ruralismo e industrialismo, ainda que se observassem distintas formas de combinações conciliadoras entre estas duas vertentes. O que se percebe, portanto, é que na tradição da reflexão conservadora brasileira, o Estado moderno era pensado, fundamentalmente, como um instrumento transformador, descartando-se o Estado de tipo liberal, que não encontrava eco na realidade do país. Sendo assim, as formulações de José Ermírio alinhavam-se, de certo modo, às tradições do pensamento nacional, possuindo como substrato o referencial das elites dominantes brasileiras, que descartavam soluções representativas e aceitavam respostas autocráticas para o equacionamento de problemas que colocassem em risco o capital.

A análise e argumentação em curso sobre a temática do Estado na *via colonial* faz-se necessário discutirmos, ainda que brevemente, a natureza bonapartista da dominação da classe proprietária do Brasil explicitada de forma plena no golpe de 1964. Em nosso caso, tratou-se de uma recomposição das frações das classes dominantes a fim de desarmarem a crescente movimentação das massas populares, em especial, o movimento operário-sindical, a fim de propiciar um novo ciclo de acumulação capitalista, obstado por uma profunda crise econômica.

Ao examinarem o poder imperial, exercido por Napoleão III e por Bismarck, tal como uma “máquina de guerra”, em meados do século XIX, Marx e Engels tornaram, lato sensu, a chave para a compreensão desta forma particular do poder burguês, em que o exercício do poder do capital revelava-se através do domínio indireto do conjunto da burguesia, de forma autocrática, e do reforço do

executivo, investido de poderes de repressão, subjugando e castrando os poderes judiciário e legislativo. A dominação autocrática-burguesa, de talhe bonapartista, no seu exercício indireto de poder, desaloja a “fortaleza parlamentar”, destituindo as formas democráticas pela qual as classes sociais fazem valer seus interesses antagônicos. Como afirmava Marx, “Despojava o poder de Estado de sua forma direta de despotismo de classe, pondo um freio ao poder parlamentar e, conseqüentemente, diretamente político, da classe dos apropriadores”.(Marx *apud* Rago,1998).

Para Marx, a natureza bonapartista do Estado burguês positivava-se como a única alternativa de poder possível no momento em que “a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda não a tinha adquirido. /.../ (Marx, 1984: 64-65). Tratava-se, segundo o filósofo alemão de um poder de força “absolutizada, concentrada e aparentemente autônoma com respeito à sociedade civil”, e que pode ser considerada como a “última forma, degradada, a única possível desta dominação de classe, tão humilhante para a própria burguesia quanto para a classe operária que é mantida sob ferros”. (Marx *apud* Galvão, 1984: 123).

Afirmara Engels, nesse sentido, que “o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna”. Identificava ainda, no apagar das luzes da era burguesa que ela “/.../ não foi feita para reinar diretamente; por conseqüência /.../ uma semiditadura bonapartista torna-se a forma normal; ela tem nas suas mãos /.../ os grandes interesses da burguesia (contra a burguesia, se necessário), mas não lhe deixa parte alguma na dominação”. (Engels *apud* Antunes, 1985: 116).

É necessário reforçar que a natureza bonapartista da dominação indireta do capital, não só assegurou como ampliou as condições de ampliação do capital. O que, então, descarta aquelas interpretações que afirmam a existência de um vazio de poder nessa *forma de ser* do Estado burguês. Marx avaliava que sob o signo da dominação bonapartista a “sociedade burguesa, liberta de cuidados políticos, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria. A sua indústria e o seu comércio expandiram-se em dimensões colossais; a burla financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas era

contrabalançada por uma exibição sem pudor de luxúria sumptuosa, meretrícia e degradante”. (Marx, 1984: 64-65).

Mas, em que medida podemos tomar como referencial teórico as reflexões marxianas ao nos debruçarmos sobre a natureza bonapartista do Estado brasileiro após o golpe militar de 1964? E ainda: de que forma podemos identificar o comportamento da fração industrial dos proprietários nacionais frente à ditadura instaurada naquele momento, através da figura de José Ermírio de Moraes?

De pronto é urgente demarcar que não se trata de transferir mecanicamente as especificidades históricas do bonapartismo clássico para a realidade brasileira, dispondo uma mera colagem das formas européias para a nossa formação. Aqui, e diferentemente, não encontramos as *personae* dos estadistas singularizados em Napoleão III, no caso do segundo império francês, e de Bismarck, no reino prussiano e no império guilhermino, mas sim um complexo militar, que representava um rearranjo das classes burguesas para imprimir uma específica e nova dominação. Dominação que permitisse refrear e desarmar a intensa movimentação social - com a repressão dos movimentos populares, operário, sindical, estudantil, como também desnutrir as ações de tomada de terra dos camponeses, que floresciam no governo João Goulart, o qual, por pressão popular, assumia os pontos programáticos inscritos nas Reformas de base, de natureza popular-nacional. Com a estabilização política, o novo regime perspectivava um novo ciclo de acumulação, retomando os aportes significativos do capital estrangeiro.

É preciso registrar que, na forma particular do desenvolvimento capitalista em nosso país, a *via colonial*, a ausência da revolução democrático-burguesa em nossa história republicana propiciou formas autocráticas, oscilando entre a truculência de classe *manifesta* ou a imposição de classe *velada*, ou seja, a autocracia burguesa bonapartista e a sua institucionalização, o regramento jurídico-político como forma de ser da democracia dos proprietários nacionais, ou nos termos de Florestan Fernandes, uma *democracia restrita*. Enfim, mesmo a sua forma institucionalizada é escassa diante do predomínio da truculência ou terror aberto das classes dominantes.



A modernização excludente gera uma burguesia egoística e particularista, que nessas condições históricas garante somente de modo limitado a inclusão social dos não-proprietários, criando e reproduzindo uma miséria permanente, posto que, enquanto auto-reprodução do capital subordinado e atrófico, não fornece as bases materiais para incorporar e representar na forma da “cidadania universal”, civilizada, a maioria da população no território nacional.

É primordial reafirmar, portanto, que longe de parecer uma exceção, a dominação bonapartista em nossa realidade, na efetivação do “verdadeiro capitalismo”, estava em sintonia com a maneira como a burguesia buscava exercer sua dominação sobre o trabalho nacional. O recurso à *manu militari*, com a especificidade da alternância de ditadores de plantão, poderia sugerir a subordinação dos interesses dos diversos segmentos da classe dos proprietários, ou mesmo um vácuo de poder, onde os militares exerceriam o papel de regeneração do tecido social: não casualmente se autodenominavam de os *demiurgos da nação*.

Em 1964, frente à crise de hegemonia entre as frações políticas que compunham o Estado, e à necessidade de encontrar soluções para reverter os impasses na acumulação capitalista, restava para a classe dominante, mais uma vez e agora de forma agudizada, o recurso do golpe através das Forças Armadas.

## **As esferas políticas e os limites do nacionalismo de José Ermírio de Moraes. A crítica ao PAEG**

A trajetória de José Ermírio de Moraes ilustra bem esse momento decisivo para segmentos do empresariado brasileiro. À frente de um dos maiores grupos nacionais<sup>2</sup> com interesses em setores disputados pelos capitais estrangeiros, como no caso de minérios, buscou como recurso, na década de 60, à aproximação cada vez mais concreta às esferas decisórias da política nacional

---

<sup>2</sup> José Ermírio de Moraes foi um dos fundadores do Grupo Votorantim ao lado de seu sogro Antonio Pereira Ignácio que pertenceu a primeira geração dos empresários paulistas. A modernização da Votorantim deve-se a José Ermírio de Moraes que a partir da década de 30 superou a crise econômica através da diversificação dos negócios da empresa. A partir desse momento ultrapassou os limites dos ramos tradicionais das indústrias brasileiras, têxtil em especial, para adentrar ao setor químico, metais, etc.

através da participação direta no Parlamento. A análise de seus discursos como senador da República (1963 –1970)<sup>3</sup> eleito por Pernambuco através da frente capitaneada pelo PTB nas concorridas eleições de 1962 possibilitou-nos identificar os interesses da fração de classe por ele representada e, sobretudo, o caráter e os limites do nacionalismo por ele esposado.

A gama de questões presente em seus discursos de intelectual orgânico, que expressa interesses de frações da classe capitalista e propõe soluções para os problemas de seu cotidiano político e de seus pares, conduzem ao entendimento das dificuldades e dilemas enfrentados pelos setores industriais do capital nacional, num momento crucial do processo de acumulação monopolista subordinado no Brasil.

Ao analisar a atuação do empresário senador ao longo de sua participação no senado percebe-se uma maior radicalidade logo após o assalto bonapartista ao poder, empreendido por setores da burguesia associada, militares e políticos de direita, inaugurado com o governo do marechal ditador Humberto Castello Branco (1964-1968). Já em meados de 1964 seus discursos demonstram uma virulência maior com relação à fase em que a economia brasileira esteve sob o comando daqueles que ele intitulava de “profetas do abismo”<sup>4</sup>, os economistas Roberto Campos e Octávio Bulhões responsáveis pelo *Plano de Ação Econômica do Governo* (PAEG). É necessário atentar que com o acomodamento do período ditatorial, e dos seus sucessivos governos militares, os pronunciamentos do senador empresário perderam aquela sua característica, desfazendo-se do conteúdo crítico. Nossa pesquisa, ainda que tenha abarcado um período mais amplo, concentra-se nessa exposição, no momento indicado (1964-1967), pois aí encontramos os traços essenciais que estamos analisando.

---

<sup>3</sup> Os discursos realizados ao longo do período em que foi senador encontram-se no Arquivo Histórico do Senado em Brasília. José Ermírio de Moraes exerceu também o cargo de Ministro da Agricultura no primeiro ano do governo presidencialista de João Goulart. Sua atuação como senador e mesmo como ministro neste primeiro ano de mandato, pautou-se por um nacionalismo restrito e defensivo, mantendo um distanciamento das questões mais radicais, como as Reformas de Bases, em especial a Agrária, encaminhadas pelas forças reformistas.

<sup>4</sup> José Ermírio de Moraes referia-se aos economistas Roberto Campos e Octávio Bulhões, os artífices do PAEG, como os “profetas do abismo” em razão dos seus argumentos “catastrofistas” utilizados para respaldar as medidas a serem implementadas naquele momento na economia brasileira.

No período compreendido pelo PAEG (1964-1967), foram lançados os fundamentos do padrão de acumulação do pós-64 cuja proposta era aparelhar a economia brasileira para uma retomada dos investimentos estrangeiros que haviam abandonado o país face o quadro inflacionário e a movimentação popular do momento anterior.

José Ermírio de Moraes entendia que o controle do governo estava nas mãos de Roberto Campos, ministro do planejamento, economista acadêmico, homem de confiança e gendarme das finanças internacionais, que com a experiência de um teórico “nunca jamais experimentara administrar uma empresa” e que assim não podia avaliar corretamente os problemas decorrentes da produção e visualizar sua resolução. Esse seu perfil, segundo o senador, havia determinado a formulação e execução de uma política econômica identificada com os interesses estrangeiros em detrimento dos verdadeiros geradores de riquezas do país: empresários e trabalhadores.

Na lógica de Campos e Bulhões era necessário eliminar a inflação, responsabilizada pela grave crise econômica e política, para atrair-se, novamente, o capital externo que havia “abandonado” o solo movediço da economia brasileira no pré-1964, ressentido pela falta de salvaguardas para seus interesses e atemorizado frente às agitações sociais. Para tal, os economistas desenvolveram uma política essencialmente monetarista que objetivava a estabilização da economia através de um receituário que recomendava altas taxas de juros, cortes de crédito e controle da inflação, ainda que sob pena de uma recessão controlada.

José Ermírio reagiu ao momento em que a ditadura redimensionou a política externa brasileira, em termos de um estreito realinhamento com os Estados Unidos, através do “Acordo de Washington”, realizado pelo governo militar brasileiro no início de 1965, que garantia investimentos e transações entre os dois países. Essa política reverteu as tentativas de uma posição de independência externa ensaiadas pelo país antes do Golpe de 1964. A política “entreguista” da ditadura castelista tinha no comando o Ministro das Relações Externas Leitão da

Cunha que, juntamente com Roberto Campos, procurava sintonizar a economia brasileira e os setores nacionais da burguesia associada aos interesses do capital financeiro internacional.

Os acordos bilaterais entre o Brasil e Estados Unidos estabeleceram, logo nos primeiros momentos da ditadura, o rompimento do governo brasileiro com Cuba, em 13 de maio de 1964. A seguir a Câmara aprovou a *Lei de Remessas de Lucro* em 15 de julho de 1964 e no dia 29 de setembro de 1964 foi sancionada a *Lei 43990*, de liberalização dessas remessas. Esse mecanismo possibilitava maiores entradas de capitais, porque os lucros enviados podiam ultrapassar os 12% da remessa, pois eram liberadas as vendas para as empresas estrangeiras, que poderiam transacionar com suas subsidiárias, pelos preços que bem entendessem. A criação de instrumentos para atrair e facilitar os investimentos estrangeiros, em face da ausência de poupança interna da economia brasileira havia incentivado a concorrência desleal entre o capital estrangeiro e o capital privado nacional como encarecia sobremaneira o uso desses aportes no processo de produção, inviabilizando o desenvolvimento das atividades econômicas como um todo.

A instalação do *Plano de Ação Econômica do Governo*, o PAEG, em 13 de agosto de 1964, bem como as medidas que o antecediam, lançavam os alicerces para uma “transição autoritária e modernizante” (sem a exclusão de mecanismos de violência do Estado) que, ao conter a inflação, preparava a economia brasileira para um novo ciclo de acumulação excludente, aproveitando-se das condições favoráveis externas de abundância de capitais para investimento nas economias periféricas. O PAEG pode ser entendido como momento de saneamento econômico preparatório das condições para o “Milagre Econômico Brasileiro” posto em andamento a partir de 1968.

Esse novo pacote de medidas, um verdadeiro projeto de “engenharia econômica”, impunha a centralização da política econômica e monetária. Naquela ocasião, em 16/07/64, foi aprovada a reforma do Imposto de Renda e a criação das ORTN'S, *Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional*, mecanismo inexistente no precário sistema financeiro brasileiro, imprescindível para uma

economia que buscava o aval do capital estrangeiro. Por isso estabeleceu a reforma bancária e criou o *Banco Central*, o BACEN (Lei 4504), em dezembro de 1964, extinguindo a *Superintendência da Moeda e do Crédito*, a SUMOC e a *Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil*.

Há quase um mês após o golpe militar, em maio de 1964, José Ermírio denunciava os primeiros sinais perturbadores, com a promulgação do *Decreto 270*. Esta instrução ao suprimir os subsídios do trigo, do papel de imprensa e dos combustíveis, tinha promovido uma escalada geral de aumento de preços que “atingia desde os combustíveis, os impostos, os salários”.

A razão do cancelamento dos subsídios desses produtos era o peso que eles ocupavam na pauta de importação, acarretando um constante desequilíbrio da balança comercial brasileira. Em nome de uma política austera, para dar cabo à inflação e ao crescente déficit público, o decreto acabou desencadeando um aumento generalizado dos preços de artigos e serviços não incluídos originalmente na pauta. O senador pernambucano lembrava que continuávamos a importar aqueles produtos, inclusive por um preço superior, pois o governo não havia viabilizado as condições para o país tornar-se autônomo na produção de trigo, por exemplo, como havia feito o México, além de não implementar a prospecção do petróleo.

Outra crítica efetuada por José Ermírio de Moraes referia-se à *Instrução 276* que também garantia as facilidades exigidas pelo capital externo. De modo similar à portaria *SUMOC 113*, de janeiro de 1955 – que havia facilitado a execução do Plano de Metas, padrão de acumulação implementado nos anos JK – essa instrução possibilitava às empresas estrangeiras trazerem “para cá equipamentos usados a fim de concorrer com o sacrificado e hoje quase heróico industrial brasileiro/.../” (Moraes, discurso no Senado ,17/06/1965).

Destaca-se ainda entre os instrumentos criados, a *Instrução 289* que ajudava a viabilizar a entrada do capital externo no Brasil, dando garantias aos investimentos estrangeiros: através dela, os grupos internacionais poderiam obter capitais a juros muito mais baixos que as empresas nacionais.

Em conformidade com sua lógica de defesa do capital privado nacional, o senador opunha-se a todas as medidas que afetavam a acumulação. Nessa sua empreitada, dirigiu suas baterias à política fiscal que obrigava as empresas nacionais a contribuírem com mais de 4% sobre seus ativos para o Estado. Essa medida ao restringir o reinvestimento dos lucros colocava os empreendimentos nacionais em situação de maior fragilidade e inferioridade, pois na ausência de crédito, ou na presença de juros escorchantes, não se encontravam em condições de concorrer com a ação dos capitais estrangeiros.

Para o senador, os instrumentos criados para atender a uma determinada lógica de estabilização voltaram-se, em certo momento, contra os propósitos dos seus criadores. Isto é, a política econômica implantada pela ditadura ao eleger o capital financeiro internacional como forma de sustentação do desenvolvimento econômico, acabou tornando-se refém dos mecanismos usados para atraí-lo. Este, ao dominar os setores de bens de consumo capitalista da economia brasileira, e colocar em crise o departamento de bens de consumo não duráveis, promoveu um processo de concentração de capitais na produção favorecendo falências e desalojando setores nacionais. É sabido que a economia brasileira viveu um movimento recessivo no período que vai de 1962 a 1967, e cujo ponto mais profundo havia sido 1965, como resultado do Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco.

Essas medidas ao facilitarem e garantirem a prevalência do setor financeiro em detrimento do produtivo atingiam diretamente os setores do capital nacional que lutavam para sobreviver ao vendaval em curso responsável pela crescente concentração e desnacionalização de segmentos do empresariado brasileiro. Para o senador empresário, a crise pela qual a economia brasileira atravessava nesse imediato pós-1964 tinha sua raiz nas medidas que privilegiavam o capital financeiro internacional (e em parte nacional), pois ao favorecer o enriquecimento fácil através da especulação, deslocava os capitais da produção, atingindo diretamente os setores produtivos. Portanto, as diretrizes governamentais feriam diretamente os interesses particularistas do senador pernambucano, que sofreu

com as restrições de crédito no pós-1964, bem como daqueles a quem pretendia representar.

Em 1966, quando a política de Campos e Bulhões já estava assentada, Ermírio de Moraes continuava com suas críticas ao plano econômico e às suas conseqüências para as empresas privadas e estatais. As mudanças na política econômica, desencadeadas pelas reformas tributária e bancária da ditadura, atingiram diretamente as empresas que ficaram descapitalizadas com as contínuas sangrias progressivas, cobranças de impostos e com a ausência de créditos que garantissem a ampliação e reposição da produção. Evidenciava-se que as diretrizes implementadas pelo governo castelista promoveram como resultado, ao longo dos anos de 1964-1973, uma concentração razoável de segmentos industriais através “de fusões e incorporações de empresas”, atingindo o capital privado nacional. Em nome de uma melhora da *performance* empresarial, de aumentos de escala, de redução de custos, de ampliação da eficiência, assistiu-se o aniquilamento da produção nacional bem como a exclusão de setores significativos da população brasileira e ao seu empobrecimento generalizado.

Mas foi em junho de 1965 que o senador pernambucano se posicionou em termos mais veementes contra a entrega do Pico de Itabirito (MG) para a firma Hanna Corporation explorar o minério de ferro. Na tribuna defendeu a necessidade de se criar condições para impedir que investidores internacionais obtivessem vantagens lesivas à nação. Essa sua posição deve ser desdobrada. De um lado revelava os interesses particulares da Votorantim que concentrava no setor de minérios uma das atividades mais importantes e lucrativas da empresa e que frente ao avanço dos grupos internacionais de exploração de minérios não teria condições de enfrentar essa concorrência. No entanto, não podemos descartar que tal temática apresentava-se como essencial no pensamento do senador, pois envolvia sua concepção de nação. Isto é, uma nação só seria soberana se conseguisse desenvolver uma indústria de base (siderurgia, minérios) que por sua vez, garantiria uma economia auto-sustentada. Posteriormente, travou um verdadeiro combate contra a forma de exploração dos metais estabelecida pela

Constituição de 1967 e o novo código de Minas aí aprovado, que facilitava a atuação de empresas internacionais.

No entanto, se no plano econômico, sua crítica foi aguda, manifestando-se contrariamente à medida que afetavam seus interesses imediatos e o espaço reservado aos grandes proprietários do país, no plano político, o senador não se opôs aos rigores da repressão, tendo apoiado a intervenção autocrática do governo no que tangia a restauração da ordem. Em seus primeiros discursos parlamentares ficou claro seu apoio ao propósito da ditadura de colocar fim ao clima de “agitação, prenúncios de tempestades sociais”. José Ermírio, como o conjunto dos grandes proprietários nacionais, temia os protestos e as movimentações populares, as greves operárias, a quebra da hierarquia que levava à “crise de autoridade, que havia invadido todos os setores da administração pública”.

### **O lugar do capital estrangeiro no nacionalismo de José Ermírio de Moraes**

Convém nesse momento examinarmos a questão do capital externo para o empresário do grupo Votorantim. À primeira vista a virulência como o senador se posicionava contra os mecanismos que favoreciam o capital estrangeiro sinalizava uma posição adversa à sua presença no cenário econômico nacional. Mas, não era isso o que de fato ocorria.

José Ermírio de Moraes expressão acabada de uma burguesia atrofada, sem potência para se auto-reproduzir independentemente, via a presença dos capitais internacionais (e a do Estado) como elementos essenciais para a resolução das lacunas legadas por uma acumulação tardia e de passado colonial que não havia proporcionado uma infra-estrutura adequada para a viabilização de uma acumulação essencialmente industrial da economia brasileira. Sendo assim, e sem muita contradição, podemos identificar em seu discurso uma preocupação em determinar o lugar do capital externo no processo de desenvolvimento econômico, de modo a possibilitar uma acumulação mais independente, mesmo que, nessas condições, um projeto nacional fosse impossível.



Uma das questões visíveis em seus discursos era o problema da direção tomada pelo capital externo, que buscava o nascente mercado financeiro, criado para recepcioná-lo, e que não se dirigiria para a produção. A alegada ausência de recursos internos fazia com que fosse necessário atrair e facilitar a entrada daqueles investimentos a “qualquer custo”, sob pena de caminhar para a insolvência, como previam os “profetas do abismo”, a dupla Campos-Bulhões. José Ermírio alertava contra a grande injustiça desse procedimento, que não reproduzia essas mesmas condições para o capital privado nacional. Com isto fica claro que o empresário não se opunha à presença dos capitais externos, mas sim aos seus privilégios que acabavam garantindo-lhes melhores condições de atuação frente ao capital privado nacional, possibilitando-lhes o controle da economia brasileira.

Segundo o senador, o capital externo, sob as mesmas condições que o capital nacional privado, deveria ser monitorado por um Estado afinado com os interesses dos setores empresariais nacionais, sendo alocado em áreas onde não concorressem com os nativos. Nesse sentido, está claro que para José Ermírio o que estava em pauta eram os efeitos perniciosos do capital estrangeiro para nossa economia, caso invadissem setores de interesses nacionais, e os seus em particular, não contribuindo para suprir nossas deficiências. O problema era que o capital financeiro de fácil retorno - com as facilidades da lei de remessas de lucros e de um mercado de capitais, que possibilitava sua entrada através de títulos, ações, papéis - acabava sendo aplicado em áreas que não promoviam o progresso da economia. Por isto a crítica ao modo como era aplicado o capital estrangeiro com todas “/.../ as características de verdadeiro delito aplicar-se o dinheiro conseguido no exterior nessas estradas de rodagem, ao invés de ser carregado para nossas indústrias de base, ou mesmo à pequena indústria.” (Moraes, discurso no Senado, 1965).

Sendo assim, para o senador, o capital estrangeiro em si não era um mal. O problema estava no planejamento errôneo, de teleologia não nacionalista e sim entreguista do governo, que contratava os capitais forâneos para promover veleidades pessoais e não o desenvolvimento nacional.

José Ermírio, expressando os traços basilares da burguesia brasileira, tal como temos sinalizado, revela em seu nacionalismo uma conciliação com o capital externo, que poderia ser dirigido para a produção. Essa ambigüidade em seu nacionalismo faz parte do seu ser histórico, é componente essencial de uma burguesia incompleta, que vê no capital internacional, sob o mando de um Estado bonapartista, ou mesmo de uma autocracia institucionalizada, a possibilidade de completá-lo.

\* \* \*

Conclusivamente, qual o saldo do primeiro governo da ditadura militar para o empresário? Vale dizer que, para José Ermírio, apesar de eleito senador em um dos momentos de maior liberdade no país, e de ter participado do governo nacional-reformista de Jango, exerceu de fato seu mandato nos chamados “anos de chumbo”, durante a ditadura bonapartista. E dela o senador manifestará uma visão condizente com o que já foi afirmado. Do Senado dirigirá suas baterias, com críticas pontuais à política econômica da ditadura militar, que afetava diretamente a classe proprietária ligada a indústria e, em particular, às suas atividades empresariais imediatas, sem, no entanto, referir-se criticamente, em momento algum, à ausência de um estatuto político democrático no país. Portanto, é da esfera política que buscou garantir seu propósito *nacionalista* frente à ameaça efetiva de uma guinada que se verificava não só no Brasil, mas em toda América Latina, dos governos e da própria economia nacional em seu amálgama com os capitais estrangeiros, em especial os norte-americanos. Esta couraça – a arma de uma ideologia nacionalista – serviu, portanto, para proteger e vingar os seus interesses empresariais, típicos do inacabamento de sua classe social determinado pelo condicionamento histórico-social, em um momento em que se estreitavam as possibilidades de um capitalismo nacional autônomo e colocava em risco ou prejudicava, os interesses do grande grupo econômico.

Estávamos de qualquer modo frente a uma situação em que se evidenciavam a incapacidade e a impossibilidade da burguesia brasileira – em especial, da fração do capital industrial brasileiro – deter a hegemonia do Estado. A organização do poder ditatorial ganhava forma através das reformas

implementadas pelos gestores do capital atrofico para atender aos compromissos afirmados ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, fundamentalmente, àqueles mais recentes, que se somaram na busca de erradicar a possibilidade de uma “República sindicalista” no país. Não atendiam, porém, seja na integralidade, seja na mesma proporção, aos interesses imediatos de todos os segmentos que haviam participado ou concordado, de forma direta ou indireta, com a solução do golpe militar de 1964.

É necessário reafirmar, ainda que correndo o risco de sermos repetitivos, que em nossa formação histórica os limites antepostos à atuação da burguesia nacional, consagraram uma dominação autocrática de tipo pendular. Num pólo, o terrorismo de classe aberto, a forma bonapartista avessa radicalmente às conquistas democráticas vindas dos “de baixo”, e, no outro, a institucionalização da autocracia burguesa, que expressa a democracia restrita dos proprietários, a transpirar seus interesses egoísticos, particularistas e exclusivistas. Foi dessa maneira que entendemos a posição do empresário em questão, o seu não questionamento ao regime ditatorial dos generais; pelo contrário, o reconhecimento que essa forma política repôs a hierarquia e a ordem necessária para o bom andamento do processo produtivo e, quando se pronunciou a favor da retomada da democracia, o fez nos moldes da “restauração da democracia” do castellismo.

E, arrematando a argumentação, tomamos emprestada a idéia do historiador René Dreifuss, quando afirma a existência de um nacionalismo, mas sem nacionalistas. No entanto é necessário adensar que em nossa forma particular de objetivação capitalista, inexistiu a burguesia portadora clássica da transformação que conduziria a superação de nossas mazelas estruturais e que pudesse efetivar a universalização da cidadania, mesmo mantida os pilares, a tal ponto que, no plano material, no nível mais imediato da produção e reprodução da vida social, pudesse atender em sua plenitude as necessidades da maioria da população brasileira.

## **BIBLIOGRAFIA:**

DREIFUSS, R. *1964: A Conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MARX K. “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”. In *Marx - Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. *A Burguesia e a Contra-Revolução*. 3ª Edição. SP: Ensaio, 1993.

RAGO FILHO, A. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese de doutorado em História Social. PUC São Paulo, 1998.

SCATIMBURGO, João. *José Ermírio de Moraes (o homem-a obra)*. São Paulo:

Companhia Editora Nacional, 1975.

\_\_\_\_\_. *As idéias econômicas de José Ermírio de Moraes*. Brasília: Senado Federal, 1998.

---

\* Professora doutora de História Econômica do Departamento de Economia da FEA, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.